

APRESENTAÇÃO

Este número comemora os cinco primeiros anos da *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, trazendo um trabalho clássico de Januário Francisco Megale *Geografia Agrária: Objeto e Método*, publicado originalmente em 1976 no boletim *Métodos em Questão* (Nº12) do Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo. O texto consiste na síntese da sua tese de mestrado, oferecendo um conjunto de definições sobre a Geografia Agrária, seu objeto de estudo, a partir de obras teóricas e empíricas de autores importantes da Geografia Humana e da Geografia Agrária tais como Daniel Faucher (1949), Erich Otembra (1955), Demangeon (1927), Orlando Valverde (1964), Max Derruau (1967), André Cholley (1946), R. Hartshorne (1969), A. Meynier (1958), Pierre George (1961, 1966, 1972), Michel Rochefort (1964), Léo Waibel (1958), Lefèvre (1934) entre outros. Megale (1976) sumaria também alguns roteiros de trabalho de vulto em Geografia Agrária composto por autores geógrafos estrangeiros e nacionais, com o objetivo de demonstrar os principais elementos dos métodos adotados pelos estudiosos nos trabalhos teóricos e empíricos relacionados.

O conjunto de artigos que compõe este número 11 da *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária* aborda temáticas contemporâneas resultantes de dissertações, teses e pesquisas acadêmicas sobre temas teóricos e práticos realizadas em diferentes partes do território brasileiro, envolvendo questões sobre paradigmas, reorganização e especialização produtiva, movimentos sociais, campesinato, agronegócio, assentamentos rurais, agroecologia, educação ambiental entre outras.

A seção composta por *Artigos* possui doze trabalhos:

No primeiro artigo, de Janaina Francisca de Souza Campos e Bernardo Mançano Fernandes, intitulado “O Conceito de Paradigma na Geografia: limites, possibilidades e contribuições para a interpretação da Geografia Agrária”, os autores buscam refletir sobre a abordagem paradigmática do conhecimento geográfico a partir da proposta elaborada por Thomas Samuel Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, escrita em 1962. Embasado no método dialético e no princípio da superação, o conceito de paradigma ganha centralidade a *partir* da retomada das considerações kuhnianas. Nesse trabalho os autores discutem as possibilidades e contribuições que a abordagem paradigmática traz à Geografia Agrária.

No artigo “Transformação Socioespacial Rural Mediante a Racionalidade Capitalista no Processo Produtivo Agrícola”, de Ideni Terezinha Antonello, são analisadas as transformações na organização do espaço rural com a territorialização do capital e as alterações no perfil do mercado de trabalho rural. A partir do padrão atual de reestruturação produtiva da agropecuária brasileira, o estudo aponta para os efeitos no redimensionamento do perfil do mercado de trabalho, que atinge diretamente as estruturas sociais rurais, aprofundando as sequelas sociais nas cidades e no campo.

O artigo “Movimentos Sociais Rurais e a Luta Política Frente ao Modelo de Desenvolvimento do Agronegócio no Brasil”, de Raphael Medina Ribeiro e João Cleps Junior, contextualiza e discute o processo de luta política que envolve os movimentos sociais rurais do país à luz das mobilizações ocorridas na esfera pública a partir de meados da década de 1990. Em específico, são analisados os embates, os enfrentamentos e as resistências frente ao modelo do agronegócio, em especial nas principais organizações vinculadas à Via Campesina, com destaque para o MST.

O artigo “Reprodução Camponesa na Contramão da Formalidade do Capital”, de Anderson Bem e Rosemeire Aparecida de Almeida, consiste numa reflexão teórica a respeito da reprodução camponesa na sociedade capitalista na qual os autores recorrem a teoria produzida pelos estudiosos do campo brasileiro e apresentam, em contraposição, um conjunto de informações baseadas na situação concreta de comercialização informal de leite. O estudo mostra que a recriação camponesa tem sido garantida, em muitos casos, por meio de mecanismos não formais de mercado, que expressam formas de resistência à formalidade do capital personificada no capital financeiro, comercial e industrial.

No artigo “FACES DO BRASIL: múltiplas dimensões de ruralidades”, de Exzolvildres Queiroz Neto, Madeleine Piana e Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco, os autores analisam a complexidade histórica e geográfica do espaço rural brasileiro, a partir da análise de crônicas de representações sociais e de modos de vida, como a do caipira, a partir dos estudos de Antônio Cândido, além de duas outras linguagens complementares e ambíguas, como a literatura de Monteiro Lobato (Jeca Tatu) e a cinematografia de Mazaropi. Discutem também os principais conceitos teóricos acerca do espaço rural que se descortinam no Brasil a partir dos anos de 1990 com importantes reflexos nos

anos de 2000, demonstrando as nuances destas reflexões, as representações de mundo, a diversidade conceitual e a perspectiva econômica.

O artigo “Tempo Reversivo e Espaço Transfigurado: etnocídio nas veredas do Sertão”, de João Batista de Almeida Costa, consiste na interpretação dos processos vividos pelos *veredeiros* do assentamento São Francisco e Gentio, no município de Formoso (MG) após a implantação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Nesse processo, os espaços impróprios à agricultura tradicional passaram a ser apropriados para agricultura atual por força de políticas públicas e pelo encontro entre as gentes das veredas, empresários rurais e ambientalistas que emergem temporalidades reversivas, transfigurando os tempos antigos com novas roupagens, enquanto os espaços de viver são expropriados na perspectiva da preservação de uma natureza intocada. No imbricamento destes dois processos a etnicidade territorial veredeira se transfigura pela própria ação daqueles que a portam a partir da degradação dos espaços de produção utilizados nas chapadas para onde foram transferidos.

O artigo “A Territorialização Camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão-RS”, de Veridiana Soares Ribeiro e Giancarla Salamoni, consiste no estudo do processo de territorialização camponesa, a partir da instalação do assentamento de reforma agrária na Fazenda da Palma, cujos assentados produziram uma diversidade de formas de uso e de apropriação do território, identificadas pelas múltiplas estratégias produtivas e pelas diferentes manifestações de sociabilidade. À luz dos pressupostos teóricos sobre o conceito de território das relações socioespaciais manifestadas no mesmo e no contexto de luta pela terra, as autoras identificam as territorialidades impressas no espaço geográfico, as quais representam as interrelações entre a sociedade e a natureza na constituição do projeto camponês.

No artigo “Multifuncionalidade da Agricultura e Território: notas a partir de um estudo no assentamento Monte Alegre – Araraquara-SP”, Felipe Rosafa Gavioli faz uma análise de um assentamento rural marcado pela coexistência de distintas formas de reprodução econômica, baseadas na canavicultura em integração com usinas e na agricultura de base familiar autônoma. Busca identificar quais são e de que forma se expressam as funções para além de produção neste território particular, submetido a influências divergentes e por vezes conflitantes. Através de uma metodologia de cunho quali-quantitativo, o autor constatou que no assentamento em foco a agricultura de base

familiar encerra em si questões de identidade, de coesão territorial, de conservação da agrobiodiversidade e de fomento a outras atividades produtivas, sendo o elemento central da reconstrução de um modo de vida rural neste ambiente.

No artigo “O Desafio da Permanência na Terra: comercialização de posses e reprodução dos modos de vida nos assentamentos de reforma agrária do Triângulo Mineiro”, de Nelson Ney Dantas Cruz e Rosselvelt José Santos, aborda-se a produção e reprodução dos modos de vida, na perspectiva geográfica cultural, para se compreender as influências diretas e indiretas que se fazem presentes na comercialização das posses de lotes no Projeto de Assentamento Divisa, localizado no Triângulo Mineiro, no município de Ituiutaba-MG. A partir da análise das trajetórias de vida e as experiências das famílias do assentamento, os autores demonstram que existem grupos de famílias que se diferenciam quanto à forma de acesso aos lotes do assentamento e que neles estão materializadas experiências e trajetórias de vida as mais diversas, constituídas por estratégias de sobrevivência e de garantia de reprodução familiar, desencontradas no espaço e no tempo, que somadas às circunstâncias políticas e econômicas externas ao espaço do assentamento, têm conduzido as famílias ao abandono da terra pela venda da posse conquistada.

O artigo “A Organização da Agricultura Familiar de Base Agroecológica em Pelotas/RS”, de Roberto Antônio Finatto e Walquiria Corrêa, tem como objetivo analisar o processo de organização do sistema de produção agrícola de base agroecológica no município de Pelotas (RS), evidenciando seu significado para a reprodução da agricultura familiar. O sistema de produção agroecológico começou a se desenvolver em Pelotas na década de 1980, envolvendo, inicialmente, um número reduzido de agricultores. Com o avanço das iniciativas ocorreu a organização dos produtores em associação e cooperativas. A agroecologia se tornou uma alternativa de renda viável, possibilitando reduzir os impactos ambientais e os riscos em relação à saúde dos agricultores e dos consumidores, demonstrando assim que existem possibilidades de expansão da agroecologia, mas, para tanto, faz-se necessário maior apoio do poder público.

No artigo “A Educação Ambiental na Recuperação e Conservação de Recursos Naturais: a percepção de assentados rurais no Cerrado Goiano”, de José Carlos Moreira de Souza, Lenício Gonçalves e Ana Maria Dantas Soares, propõe-se uma concepção de

Educação Ambiental (EA) com os parceiros do Assentamento Poções, localizado às margens do Rio das Almas, no município de Rialma (GO). O objetivo da pesquisa consistiu em diagnosticar, analisar e compreender como os parceiros interagem com o ambiente no seu cotidiano e implementar uma ação extensionista com o objetivo de colocar em prática os conhecimentos construídos, principalmente no que se refere ao uso correto dos recursos naturais pela comunidade.

No artigo “Transformações Técnico-Científicas na Agricultura e o Papel do Estado na Especialização Produtiva do Arroz em Santa Catarina”, de Fernando Rocha, analisam-se as práticas de campo realizadas pelos extensionistas junto aos produtores rurais catarinenses que assumiu, no início, o caráter educacional comum ao norte-americano. Com a maior oferta de subsídios de crédito, através do PROVÁRZEAS, após a década de 1970, passou-se a adotar maior uso intensivo de novas tecnologias no campo. Este processo conduziu à industrialização da produção e à recapitalização dos produtores por meio da substituição de tecnologias de cultivo nas principais áreas rizicultoras do Estado, fortalecendo, assim, os grupos industriais dedicados ao processamento e à distribuição da produção do arroz.

Por fim, na seção *Relato de Experiência*, é apresentado o trabalho “Transição Agroecológica na Agricultura Familiar: relato de experiência em Goiás e Distrito Federal”, de Poliana Pereira de Jesus, Jesiel Souza Silva, Jaqueline Porn Martins, Dinalva Donizete Ribeiro e Hildeu Ferreira da Assunção. O Relato apresenta experiências agroecológicas que estão sendo desenvolvidas em diversas propriedades de Goiás e do Distrito Federal, cujo trabalho teve como principal objetivo conhecer os experimentos de agroecologia desenvolvidos na Embrapa Arroz e Feijão e as mudanças ocorridas em propriedades que passaram e estão passando pelo processo de transição agroecológica em Santo Antônio do Descoberto/GO.

Uberlândia-MG, fevereiro de 2011.

João Cleps Junior
Editor